

segunda-feira, 04 de Janeiro de 2021 Aracaju - Sergipe

Diário Oficial

Nº 28.577

8**Segurança Pública**

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- DAF

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
038/2017

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONTRATADO: Sr. ANTÔNIO CORREA FONTES
OBJETO: Alteração da titularidade do contrato, passando para o espólio do Sr. Antônio Correa Fontes, representado pelo Sr. Aldo da Silva Fontes, com RG nº 1.043.494, CPF nº 663.493.705-20, conforme parecer jurídico da PGE nº 6171/2020 e escritura pública de nomeação de inventariante e autorização para saques de valores em instituições financeiras, no cartório do 1º Ofício de notas de Lagarto/SE, livro 285, oha:116/118 e protocolo: 2599.
BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e Parecer nº 6171/2020 - PGE.
DATA DE ASSINATURA: 23 de Dezembro de 2020.

João Eloy de Menezes
Secretário de Estado da Segurança Pública

Justiça, do Trabalho e da Defesa do Consumidor

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
12/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 12/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
14/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 14/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
15/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 15/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
16/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 16/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
17/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 17/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.
18/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC, CNPJ nº 34.841.226/0001-37.

CONTRATADA: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, CNPJ: 01.611.866/0003-63.

OBJETO: Termo Aditivo tem por escopo alterar a Cláusula Quarta - Da Vigência e para incluir o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Da Rescisão, do Contrato 18/2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O presente Termo Aditivo de prazo terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 021, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite máximo previsto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO (Art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

§3º Constituem hipóteses de rescisão amigável, com base no Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, a falta de apreciação, pela Contratante, do processo de Reequilíbrio Econômico-financeiro distribuído sob nº 1711/2020 e de Apostilamento, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de 1º/01/2021; bem como a discordância, pela Contratada, dos valores apurados pela Secretaria de Estado da Administração no bojo dos aludidos processos.
Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

Aracaju, 30 de dezembro de 2020.

CRISTIANO BARRETO GUIMARÃES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Saúde

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 227/2020

OBJETO: Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos desertos, fracassados e revogados do PE 84/2020 anti-infecciosos (Parte I) para suprir a Rede Hospitalar de Saúde do Estado de Sergipe, conforme especificações do edital.

PROCESSO DE COMPRAS N.º: 14127/2020
DATA DE ABERTURA: 26/01/2021 às 09h.

NO SÍLIO: www.comprasgovernamentais.gov.br.
BASE LEGAL: Leis Federais n.ºs 10.520/2002 e 8.666/1993. Decreto Federal nº 10.024/2019. Leis Estaduais n.ºs 6.206/2007, 5.848/2006 e 8.234, de 05.07.2017. Decretos Estaduais n.º 26.531/2009, 26.533/2009 e 30.785, de 28.08.2017.

PARER JURÍDICO: 2014/2020 - PGE.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: www.comprasgovernamentais.gov.br ou SES, situada na Avenida Augusto Franco, nº 3150, Bairro Ponto Novo, Aracaju - Sergipe, das 08h00min às 16h00min ou pregaoeletronico@saude.se.gov.br

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Estado da Saúde - (79) 3198 0631

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Aracaju, 30 de Dezembro de 2020.

Maria Stella R. L. martinez
Pregoeira/SES